



ATA NÚMERO 06/2012

1 Aos **treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze**, com início às nove horas, na
2 Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do
3 Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida
4 pelo Professor **Antônio Cesar Gonçalves Borges**, Magnífico Reitor, com a participação dos
5 seguintes conselheiros: **Manoel Luiz Brenner de Moraes**, Vice-Reitor, **Luiz Ernani Gonçal-**
6 **ves Ávila**, Pró-Reitor Administrativo; **Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento** Pró-
7 Reitora de Assuntos Estudantis; **Luciara Bilhalva Corrêa**, no exercício da Pró-Reitoria de
8 Gestão de Recursos Humanos; **Cláudio Manoel da Cunha Duarte**, Pró-Reitor de Graduação;
9 **Érico Kunde Corrêa**, Pró-Reitor de Infraestrutura; **João Francisco Nascimento Hobuss**, no
10 exercício da Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação; **José Francisco Gomes Schild**,
11 Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Edar da Silva Añaña**, Diretor da Faculdade
12 de Administração e de Turismo; **Ledemar Carlos Vahl**, Diretor da Faculdade de Agronomia
13 Eliseu Maciel; **Antônio César Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura
14 e Urbanismo; **Alexandre Fernandes Gastal**, Diretor da Faculdade de Direito; **Lúcia Maria**
15 **Vaz Peres**, Diretora da Faculdade de Educação; **Marilu Correa Soares**, no exercício da Dire-
16 ção da Faculdade de Enfermagem; **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da Faculdade de Medi-
17 cina; **Jonas da Costa Carvalho**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Márcia Rúbia Duar-**
18 **te Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da Faculda-
19 de de Odontologia; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia; **Sidney Gonçalves**
20 **Vieira**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do
21 Instituto de Física e Matemática; **Manoel Vasconcellos**, no exercício da Direção do Instituto
22 de Filosofia, Sociologia e Política; **Isabel Porto Nogueira**, Diretora Adjunta do Centro de
23 Artes; **Sérgio Luiz dos Santos Nascimento**, Diretor do Centro de Ciências Químicas Farma-
24 cêuticas e de Alimentos; **Odir Antônio Dellagostin**, Diretor do Centro de Desenvolvimento
25 Tecnológico; **Carlos Antônio da Costa Tilmann**, Diretor do Centro das Engenharias; **Jabr**
26 **Hussein Deed Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; **Paulo Ricardo**
27 **Silveira Borges**, Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Carmen Helena Jaques Le-**
28 **mes**, suplente do representante dos Professores Titulares; **Álvaro Leonardi Ayala Filho**, re-
29 presentante dos Professores Associados; **Aluísio Jardim Dornellas de Barros**, representante
30 dos Professores Associados; **Leonardo da Silva Oliveira**, representante dos Professores Ad-
31 juntos; **William da Silva Barros**, representante dos Professores Adjuntos; **Celeste dos Santos**
32 **Pereira**, representante dos Professores Assistentes; **Vanessa Caldeira Leite**, representante dos
33 Professores Assistentes; **Carolina Ziebell Carpena**, representante dos Professores Auxiliares;
34 **José Fernando González**, suplente do representante dos Professores Auxiliares, **Flávio Fer-**
35 **nando Demarco**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Márcia Fos-**
36 **ter Mesko**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Tiago Veiras Collares**,
37 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **José Luiz de Pellegrin**, represen-
38 tante do COCEPE; **Eduardo Algayer Osório**, representante Comunitário; **Frederico Schma-**
39 **chtenberg**, **Lawrence Estivalet**, **Hércules Gonzáles**, **Sérgio Estevão Silva**, **Sabrina Tams**
40 **Gasperin** e **Suellen de Medeiros Cortes**, representantes discentes; **Ediane Sievers Acunha**,
41 **Edimar Gonçalves Ribeiro**, **Gustavo Alves Andrade**, **Mara Lúcia Vasconcelos da Costa**,
42 **Roseno da Rosa Caetano**, **Vilson Borba Pinto** e **Willi Wetzel Júnior**, representantes dos
43 Técnicos-Administrativos. Não compareceram os conselheiros: **Gilberto de Lima Garcias**,
44 Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Manoel de Souza Maia**, Pró-Reitor de Pesquisa e de Pós-
45 Graduação pelo motivo de estar participando, como Secretário Executivo da Seção Brasileira
46 da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim;
47 **Orlando Antônio Lucca Filho**, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **Thomaz**
48 **Lucia Júnior**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Heloísa Helena Duval Azevedo**, Diretora

Cen



49 do Centro de Educação a Distância; **Iná da Silva dos Santos**, representante dos Professores
50 Titulares; **Elizabete Helbig**, representante do COCEPE; **Carlos Mário de Almeida Santos**,
51 representante Comunitário; **Jairo Fonseca de Azevedo**, representante Comunitário; **Daniela**
52 **Lumertz da Luz**, representante discente e **Gustavo Alves Andrade**, representante Técnico-
53 Administrativo. Constatada a existência de quorum legal, o senhor presidente, Professor Anto-
54 nio Cesar Borges, iniciou a reunião cumprimentando a todos, e comunicando que a ata nº 3 não
55 foi concluída pela secretaria dos conselhos superiores pelo fato de ter que ser ouvida toda a
56 exposição feita e posteriormente transcrita, o que demandou longo tempo e trabalho para as
57 secretárias que são em pequeno número para tantas atividades do COCEPE e do CONNSUN.
58 Pediu a consideração dos conselheiros para que fosse examinada e após votada a Ata nº 1 Soli-
59 citou, também, a inclusão na pauta da reunião da Proposta de Projeto Pedagógico do Curso de
60 Relações Internacionais, pois estamos nas vésperas da chegada da equipe do MEC para avalia-
61 ção do curso. Isto já havia sido aprovado “ad referendum” do Conselho Universitário. Colocada
62 a pauta em votação, a mesma foi aprovada por todos os presentes. De pronto, passou ao **Item**
63 **01 – Análise da Ata nº 01** - Presidente falou de correções de grafia, que repassaria à Secretaria
64 e, nas linhas 2773 e 2774, houve equívoco na redação, que deve passar a constar “... *em rela-*
65 *ção a isso não tenho qualquer sentimento de rancor ou ressentimento*”. Perguntou se algum
66 conselheiro gostaria de fazer alguma observação. Conselheiro González solicitou a inclusão da
67 palavra “não” antes de “votávamos” à linha 1802. Disse, ainda, com relação à Ata nº 01, que
68 participara da reunião do Conselho como titular, mas na reunião de Ata nº 02 não era mais
69 titular, por isso não havia participara da mesma. Disse que naquele dia voltara ao Conselho na
70 condição de suplente e ficara surpreso de que, somente naquela data, estava sendo apreciada a
71 Ata nº 01, pois ela compreendia todo o processo de escolha do novo reitor e não acreditava que
72 tal processo resumia-se somente na Ata nº 02. Entendia que até a própria cisão de uma reunião
73 para outra seria discutível do ponto de vista jurídico achava que tudo deveria ser uma reunião
74 somente. Comentou também que a convocação direta da reunião da primeira reunião para à das
75 dez horas não poderia ter acontecido, mas fora a legalidade disso, por ter sido o assunto am-
76 plamente discutido na primeira reunião, não compreendia como o processo havia sido encami-
77 nhado ao MEC sem a Ata nº 01, já que haviam ficado quase dez horas discutindo sobre o as-
78 sunto e isso seria suprimido do Ministério da Educação, como se não tivesse acontecido, como
79 se a nossa realidade fosse outra, como se fosse tão somente aquela da reunião número dois.
80 Fazia o registro, e gostaria que ficasse consignado em ata, que entendia que a Ata nº 01, teria
81 necessariamente que ser encaminhada ao MEC porque, mais do que compor o processo de
82 escolha do reitor, ela seria a essência de tudo, seria a chave de tudo, pois o que acontecera na
83 reunião número dois seria somente a consequência da reunião número um e não seria possível
84 não ser do conhecimento do Ministério da Educação. O Conselheiro Ernani Avila comentou
85 que há dessemelhança entre reunião e sessão. Comentou que o que havia dito o Professor Gon-
86 zález, com que ele concordava, seria que todo o processo eleitoral havia sido consumido em
87 três sessões integrantes de uma única reunião. A reunião que tratou literal e objetivamente do
88 processo eleitoral havia sido fracionado em três momentos. Então, naquele momento era pru-
89 dente terem a percepção do que seria reunião e do que seria sessão. Então, esclarecia que o
90 processo eleitoral da composição da lista tríplice e da remessa do Processo ao Ministério da
91 Educação passara por três momentos no Conselho Universitário, frutos de uma única reunião,
92 em consequência desdobrada em três sessões. O conselheiro González esclareceu que estava
93 sendo informado naquele momento de que o seu titular havia sido, realmente, convocado para
94 duas reuniões naquele dia, então retirava o seu comentário anterior com relação à convocação,
95 mas mantinha o encaminhamento da Ata nº 01 ao MEC. O senhor presidente passa a palavra ao
96 conselheiro Lawrence, que registrava que realmente havia recebido as convocações para as
97 duas reuniões, conforme esclarecido pela Secretaria dos Conselhos. Disse que foram preenchi-
98 dos os requisitos formais, inclusive com duas reuniões para que constasse na pauta *eleição*
99 *para lista tríplice*, que não constava na primeira reunião, quando do referendo, então não via
100 nada de ilegalidade nas convocações, nem no que fora deliberado. Contudo, dada as coloca-
101 ções do conselheiro González, não via nada de incomum enviar ao MEC a Ata de nº 01 como

ew



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 06/2010 – FLS. 3 de 10

102 complemento de informações da Ata nº 02. Conselheiro Gonzalez disse que a Ata nº 02 é que
103 complementava a Ata nº 01. O senhor presidente disse que iria encaminhar a Ata ao MEC ime-
104 diatamente, após as correções, naquele mesmo dia ou no dia seguinte. Disse, ainda, que comu-
105 nicaria ao Secretário de Educação Superior que aguardasse o envio dessa ata para qualquer
106 encaminhamento futuro e que esta passaria, primeiro, pela área jurídica e depois pela Casa
107 Civil e que, portanto, aguardasse a complementação conforme a orientação dada pelo Conse-
108 lho. O conselheiro Álvaro Ayala perguntou se havia sido colocada em votação a inclusão da
109 Ata nº 01 no processo, porque ele seria contrário, esclarecendo que o processo eleitoral aconte-
110 cera dentro do Conselho e a reunião que originou a Ata nº 01 seria o acordo de que se levaria
111 em consideração a consulta à comunidade no processo de escolha do reitor, o que havia sido
112 feito dentro do Conselho Universitário e não lhe parecia que seria necessária essa informação
113 da Ata nº 01, podendo até tornar o processo mais confuso ao incluir nos documentos já envia-
114 dos ao MEC. Declarava-se, então, contrário ao encaminhamento da mencionada ata. O conse-
115 lheiro González comenta que o encaminhamento de uma ata, o conhecimento da verdade, não
116 precisaria ser submetido à votação do conselho. É questão de legalidade pura. E não estava
117 questionando a legitimidade do processo. Disse que teríamos tido uma reunião que havia gera-
118 do uma ata de cinquenta e oito páginas, onde somente se havia discutido o processo a ser utili-
119 zado para a elaboração da lista tríplice e não enviar ao MEC seria um crime de responsabili-
120 dade, omitir uma parte do que aconteceu e o Conselho não pode decidir se iria ou não contar a
121 verdade ao MEC e sim contar efetivamente como havia sido a escolha para o reitor. Não era
122 discurso para modificar alguma coisa e sim de que o MEC deveria ter o conhecimento do que
123 aconteceu na UFPel e isso seria feito pelas atas, que são lavradas exatamente para isso e não
124 para colocá-las na gaveta. E caso ela não fosse enviada ele mesmo a encaminharia, pois as atas
125 são públicas. A conselheira Ediane Acunha comentou que se a lei previa que fosse incluído
126 todo o detalhamento sobre o processo informal que isso então ocorresse, mas se não estava
127 previsto na lei, que a ata fosse incluída a título de informação. Não via qualquer problema de
128 legalidade ou ilegalidade. O Conselheiro Lawrence diz que o que a lei previa era a necessidade
129 de reunião que elaborasse a lista tríplice, o que corresponde à Ata nº 02. Mas também diz não
130 haver qualquer problema em enviar a Ata nº 01 ao MEC. Disse ainda que , somente reiterava
131 que essa parte não fosse como parte constitutiva da Ata nº 02, que dizia respeito à constituição
132 da lista tríplice e enquanto a ata nº 01 trata do referendo do processo eleitoral. O senhor presiden-
133 te deixou claro que “nenhuma informação a respeito das reuniões do Conselho Universitário
134 poderia deixar de ser dada a quem solicita, que não havia o que esconder , a não ser que se
135 tivesse feito algo de errado na mencionada reunião. Todas as atas são documentos públicos. O
136 presidente falou que achava absurdo votarem o encaminhamento ou não a SESU/MEC , pois se
137 fora solicitado anteriormente tal encaminhamento por um conselheiro, restava ao reitor como
138 presidente do CONSUN tomar esse procedimento. Quanto à análise ou não destes documentos
139 e a inclusão objetiva no processo da lista tríplice caberia tal decisão ao próprio MEC. Segundo
140 o presidente o processo fora encaminhado conforme as normas e agora a referida ata seria re-
141 metida, a pedido de um conselheiro, como informativa. Caso o Conselho decidisse não enviar
142 o próprio conselheiro a enviaria, conforme explicitou o Professor Fernando González. O con-
143 selheiro Álvaro Ayala falou que gostaria de esclarecer que o que queria era tornar o processo
144 simples, somente com os documentos que faziam parte do processo eleitoral que não incluíam
145 essa ata e que a ata não deveria ser incluída como parte, porque o processo havia se iniciado
146 com o edital que fora aberto depois da reunião, obviamente que, como documento público,
147 poderia ser enviado a qualquer instância, mas não como parte do processo que se iniciou de-
148 pois. O conselheiro Edar Añaña informou que havia sugerido à Secretaria dos Conselhos pe-
149 quenas correções de pontuação referentes à sua fala. Sobre a inclusão da Ata nº 01 e se ela faz
150 parte ou não do processo, seu entendimento era de que sim, ela era parte fundamental e origi-
151 nária de todo o processo. Disse não ter havido consulta formal à comunidade e sim informal e
152 cujo resultado havia sido muito discutido no Conselho, sendo gasto um tempo grande em uma
153 discussão muito rica e formara-se uma convicção, entre os conselheiros, por folgada maioria,
154 de que aquela lista de nomes seria a representação da vontade da comunidade e, se tivera uma

ew



155 reunião prévia na qual se formara uma convicção que fora usada como suporte para decisão em
156 uma reunião seguinte, que por uma confortável vantagem foram escolhidos os três nomes,
157 então não teriam porquê não contar a verdade. A conselheira Ediane Acunha disse entender que
158 a Ata deveria ser encaminhada como subsídio e assim terminariam com a discussão. O senhor
159 presidente disse que não caberia ao Conselho esse tipo de julgamento e sim ao Secretário da
160 SESU, porque de uma maneira o documento seria encaminhado ao MEC. O conselheiro Anto-
161 nio Cesar Silva solicitou que fosse feita a devida correção do texto na linha 1717, fosse altera-
162 da a palavra *ingerência* para a palavra *gerência* e que outras observações enviaria para a Secre-
163 taria. Em seguida O senhor presidente colocou em votação a Ata nº 01, que foi aprovada por
164 unanimidade. Passou, então, ao Item 02 - Deliberação de reserva de vagas referentes à lei das
165 cotas. Informou que tivera uma solicitação do Movimento Negro para que fosse feita previa
166 apresentação sobre ao tema ao plenário. Houve concordância de todos os presentes e o senhor
167 Rubnei Machado que passou a expor aos conselheiros alguns aspectos sobre o interesse do
168 Movimento Negro com relação às cotas, nos seguintes termos: "Bom dia a todos. Fazemos
169 parte do Fórum Cotassim, movimento que tem se desenvolvido há vários anos na comunidade
170 de Pelotas, que abrange o Movimento Negro, professores universitários, professores do ensino
171 médio, alunos, enfim vários participantes da comunidade. Comentarei os vários problemas que
172 o negro passa em nosso país e informo que finalizamos uma proposta, a partir de várias reuni-
173 ões, inclusive com professores de outras universidades onde já utilizavam o sistema de cotas.
174 Já apresentamos a proposta ao reitor Antonio Cesar Borges, ao reitor eleito Mauro Del Pino e
175 também ao COCEPE. A proposta está de acordo com a lei e peço a sensibilidade de todos para
176 adequação de Pelotas com o resto do país, que já a utiliza. São os dados do IBGE, e então soli-
177 cito que Pelotas já tenha neste primeiro momento no mínimo 40%, mostrando que se vive um
178 novo tempo e não se ficaremos atrás do que já é utilizado no resto do país. A proposta do Fó-
179 rum Cotassim é abrangente e bem fundamentada e por isso solicito a aprovação." A conselheira
180 Ediane Acunha indagou se as cotas seriam para alunos que tivessem cursado escola pública em
181 2013 e se o ingresso seria para 2014. O senhor Rubnei disse que não estavam alterando a Lei e
182 esta dizia que era para 2012 e que a UFPel teria que mandar até o dia dezesseis próximo para o
183 MEC, mas seria referente ao ano de 2012. O conselheiro Omar solicitou a alteração da expres-
184 são *negro* para *afro-descendente*. O senhor presidente comunicou que esses aspectos seriam
185 discutidos privativamente pelo Conselho, após a participação dos convidados. A conselheira
186 Vanessa Leite solicitou cópia do documento, ao que o senhor presidente informou que provi-
187 denciaria a sua distribuição. O senhor Rubnei Machado comentou que a citação de negros,
188 pardos e indígenas era o que dizia a própria lei. Disse ainda que, com relação às cotas, gostari-
189 am de trabalhar com o máximo do índice. Informou que existiam as cotas sociais e, dentro
190 destas, cinquenta por cento seriam para as cotas raciais (negros, pardos e índios), com percen-
191 tuais para esses seguimentos, e que não estariam alterando uma vírgula do que diz a lei. Gosta-
192 riam que a UFPel se adequasse, pois não teria nenhuma das ações afirmativas. Disse que esta-
193 vam trazendo essa proposta para que se ficasse em conformidade com as outras Universidades
194 Federais. O conselheiro Ernani Ávila falou que essa proposta fora feita de acordo com a Porta-
195 ria nº 7.824, que regulamenta a Lei e que havia também uma Portaria Normativa do Gabinete
196 do Reitor que disciplina todo o assunto. O senhor presidente indagou se haveria alguma per-
197 gunta ao visitante. O conselheiro Lawrence Estivalet solicitou saber quais os passos dados para
198 que fosse trazida aquela proposta. Senhor Fábio Gonçalves respondeu dizendo que o processo
199 havia sido longo e que vinha desde a década de oitenta e sempre se perguntava o porquê da
200 inércia da comunidade universitária sobre o assunto, mas relacionou vários movimentos que se
201 reuniram para discutirem, tanto entidades civis como institucionais, inclusive da própria Uni-
202 versidade, sempre com a ideia de adequação da proposta à lei. O conselheiro Rosendo Caetano
203 disse concordar com as reivindicações e fez breve explanação sobre a história do negro na
204 cidade de Pelotas e o quanto esta foi construída com o trabalho dos negros. Perguntou se na
205 confecção da proposta havia tido a participação dos outros seguimentos, já que a lei é flexível
206 ao considerar os dados do IBGE. O senhor André Almeida cumprimentou a todos, e informou
207 que a discussão foi feita com várias pessoas que trabalham com as comunidades, como profes-

cuu



208 sores e ele próprio que trabalha com comunidades carambolas, mas como tinham a questão do
209 tempo, tornou difíceis esses encontros, mas que tinham sido contemplados. O senhor Rubnei
210 Machado disse que se fossem colocar realmente a Lei seriam desfavoráveis aos índios, e eles
211 como *negros urbanos* teriam mais vantagens com relação aos outros seguimentos. Disse, ain-
212 da, que *abriram mão* de uma parcela do percentual que lhes cabia para favorecer o outro se-
213 guimento que não estaria contemplado na lei. O conselheiro Rosendo Caetano comentou que o
214 percentual dos indígenas e carambolas era realmente muito menor e que essas vagas não seri-
215 am preenchidas. A conselheira Carmen Lemes indagou se na proposta de quarenta por cento
216 havia no documento a previsão de alguma situação de permanência desse aluno. O senhor Fáb-
217 bio disse que esse assunto havia sido discutido na última reunião por um dos grupos não so-
218 mente o ingresso, mas também a permanência desse aluno, de maneira profunda, porque sabi-
219 am que no que pese que o desempenho dos alunos cotistas era estatisticamente superior nas
220 universidades, mas também a evasão era grande então a discussão sobre a estrutura da univer-
221 sidade e dos recursos a eles destinados foi previsto, para que todos eles efetivamente conta-
222 sem com bolsas, para que pudessem concluir a sua universidade. O Vice-Reitor agradeceu a
223 participação dos visitantes. O conselheiro Lawrence Estivalet solicitou, em nome do Diretório
224 e dos Centros Acadêmicos, a distribuição de cópia de um documento com o posicionamento
225 sobre o assunto que estava sendo tratado. O senhor presidente solicitou a explanação do conse-
226 lheiro Cláudio Cunha na qualidade de pró-reitor de graduação e relator do processo anterior-
227 mente discutido e aprovado pelo COCEPE. O conselheiro Cláudio Duarte iniciou sua explana-
228 ção, com apresentação visual. Esclareceu que após a Lei nº 12.711/2012 ter sido sancionada, o
229 COCEPE instituiu uma Comissão para estudar o assunto e como fariam a implementação do
230 sistema de cotas na nossa Universidade. Na mesma semana havia sido chamado à Brasília,
231 para uma reunião no MEC, onde o Ministro fez uma exposição na ANDIFES, da necessidade
232 de cumprir a Lei e fez menção que esta era um pouco vaga em certos aspectos e que por isso
233 seria editado um decreto e uma portaria. Esses documentos passariam a compor a base legal
234 para a implantação do sistema de cotas. Disse que a comissão do COCEPE havia se reunido no
235 dia vinte e nove de outubro e antes desta data já havia sido convidado pelo DCE para participar
236 de uma reunião no Clube Fica Ai, juntamente com vários segmentos da comunidade interessa-
237 da neste tema. Forneceu algumas informações sobre o que tinha sido debatido em Brasília e
238 também ficara decidido que três pessoas participariam da reunião do COCEPE, assim como
239 outros servidores da UFPEL envolvidos nos procedimentos administrativos e acadêmicos rela-
240 cionados ao processo de inserção de ações em cumprimento a lei. Disse que participaram das
241 reuniões a senhora Naira Silva, diretora do DRA, já que o problema implica diretamente nas
242 matrículas; a senhora Rosalina dos Anjos, diretora responsável pelos concursos do CGIC; o
243 acadêmico Sérgio Estevão, o acadêmico André Almeida e o professor Fábio Gonçalves, estes
244 últimos que também estiveram no Conselho naquele dia. Disse que discutiram durante o dia
245 todo sobre o sistema de cotas e sobre a reparação que deveria ser feita, não somente por força
246 de lei. Informou que a Comissão do COCEPE era formada por ele, pelas professoras Elizabete
247 Helbig e Fabiane Grecco, pelo Professor William Soto e pelo representante discente Nicolas
248 Meirelles. Disse que a conclusão acabava sendo muito simples e que para as cotas raciais deve-
249 riam ser levados em consideração os índices do IBGE e não os regionais, inclusive disse que a
250 lei diz os índices mínimos e a Universidade pode avançar. Disse que o índice escolhido fora o
251 nacional, por ser mais representativo e que era mais do que o dobro do índice do Rio Grande
252 do Sul e por utilizar-se o SESU recebíamos alunos de todos os estados e não limitar-se-ia ao
253 índice regional sendo que a concorrência seria a nível nacional. A adoção do percentual de
254 implantação de 30% no primeiro ano e um percentual mínimo de 12,5 % e nós avançamos
255 muito, e parecia melhor ser 30%, e que os critérios fossem aplicados a todos os cursos e turnos
256 e também nos dois processos seletivos que eram utilizados na UFPEL: SESu e PAVE. Disse que
257 todo o estudo acabava sendo aplicado em um fluxograma, que deveria ser estabelecido por lei,
258 não somente para os cursos, mas também para todos os turnos em que eram oferecidos. Deve-
259 ria ser adotado, por exemplo, para ampla concorrência ficaria 50%, 50% para alunos de escolas
260 públicas, dessas cinquenta vagas, teríamos mais um corte econômico, para aqueles que têm

Dev



261 uma renda familiar igual ou menor a um salário mínimo e meio, dividira-se em 50%, daí terí-
262 amos vinte e cinco vagas para cada um. Dentro de cada um desses, teríamos o corte étnico
263 conforme o índice do IBGE. Então teríamos uma divisão de pretos, pardos e indígenas e ou-
264 tros. O índice regional do IBGE está em torno de 20% e o nacional seria 50% O final de im-
265 plantação seria isso, o mínimo que teríamos de atingir. Comentou alguns exemplos de como
266 ficaria o cálculo para um curso com cem vagas com o índice de 12,5 % que é a implantação
267 mínima, e comentou um exemplo com a proposta do que foi aprovada no pleno do COCEPE,
268 que estabelecia um percentual mínimo de 30%. Disse ter colocado em alguns exemplos situa-
269 ções extremas, que poderia ocorrer nas habilitações e certamente no PAVE onde haviam pou-
270 cas vagas. Achava que, em linhas gerais, poderiam começar o debate, porque, embora estives-
271 sem tratando de questões numéricas, por detrás disso tudo, haveria muitas mudanças na Uni-
272 versidade e não deveríamos ter preconceito principalmente em relação à escola pública, mas
273 sabemos que há diferença na preparação dos alunos oriundos de escolas públicas em relação
274 àqueles de escola privada, pois sabia-se que teria de ser buscada uma equalização na formação
275 desses alunos, principalmente em algumas áreas. Trouxe o exemplo do Curso de Medicina.
276 Informou que na reunião do MEC o Ministro da Educação havia dito que o MEC pretendia
277 apoiar as Universidades desenvolvendo programas para equalizar a situação acadêmica dos
278 alunos que estariam chegando e que havia recebido um e-mail do MEC perguntando se teria-
279 mos esses programas. Comentou que, a princípio, era isso a dizer. Estaria à disposição. O con-
280 selheiro Rosendo Caetano, após algumas considerações sobre as propostas questionou quais
281 seriam as comunidades que viriam, como isso ficara definido? Disse que lhe preocupava, que
282 por trabalhar no DRA, setor com que primeiro o aluno se depara na universidade e que sentia
283 deficiência nesse primeiro contato com o momento de realizarem as matrícula, que os alunos
284 faziam várias indagações e que ainda haverá muitas dúvidas e questionamentos sobre a forma
285 de trabalhar e operacionalizar a adoção das percentagens que serão definidas hoje por este
286 Conselho. Disse que seria já no próximo SESu teríamos que buscar soluções e no que diz res-
287 peito ao corte étnico. Com relação à estrutura, comentou que a matrícula dos alunos deveria ser
288 feita com a presença dos Coordenadores de Curso e esta seria a melhor maneira de recebê-los
289 para orientá-los, esclarecer as suas dúvidas, entendia que deveria ser adotado pela Universida-
290 de em seguida como já foi feito no passado. Quanto ao sistema do SESu, disse que foi infor-
291 mado pela senhora Tânia Bachilli, que é a Pesquisadora Institucional da Universidade, que
292 MEC fechou a questão étnica com índices regionais e deixam aberto o índice para implantação
293 o índice de 5% e a Universidade pode colocar o índice que vai utilizar nas cotas raciais colo-
294 cam o índice regional então a Universidade vai solicitar alteração pelo que havia isto não gos-
295 taríamos de utilizar o índice regional. A conselheira Márcia Bueno destacou que no passado as
296 escolas públicas tinham qualidade muitas vezes superior às escolas privadas e que agora isto
297 não mais ocorria e que muitas famílias passaram a fazer sacrifícios para manter seus filhos em
298 escolas privadas que atualmente ministram conhecimentos superiores às escolas públicas. Ain-
299 da perguntou se havia por parte do MEC algum incentivo para a qualificação das escolas pú-
300 blicas. E outro questionamento seria se os negros e pardos abririam mão de alguns privilégios
301 para os indígenas. O Reitor, na qualidade de presidente do Conselho, disse que iria se antecipar
302 e dizer que pouca ou nenhuma diferença faria do ponto de vista administrativo adotar 40% ou
303 50% das vagas para as cotas e salientou ainda a necessidade de tomar medidas para a melhoria
304 da qualidade daqueles alunos que, independente de classe social ou raça, chegavam à universi-
305 dade com conhecimentos ainda insuficientes para o bom desempenho universitário ao longo
306 dos primeiros semestres de cada curso. Deveria ser adotado na universidade um sistema de
307 nivelamento acadêmico especialmente nas áreas de Português, Física e Matemática e solicitar
308 ao MEC mais professores para atender estas áreas prioritárias. Em seguida a conselheira Ce-
309 leste Pereira indagou se o Fórum Cotassim foi ouvido no COCEPE e se foi, porque a decisão
310 de 30% e não de 40%? A resposta do conselheiro Claudio Duarte foi que a comissão encami-
311 nhou a proposta inicial de adoção de 40% inicialmente, mas no pleno do COCEPE houve a
312 aprovação de 30%. Acreditava que em um primeiro momento traria problemas, mas quando da
313 adoção do SESu também ocorreram problemas e depois foram solucionando-se. O conselheiro



314 Érico Kunde Correa disse preocupar-se não somente com os segmentos de baixa renda , mas
315 também com deficientes físicos que por sua condição tinham dificuldades de ingressarem nos
316 cursos superiores e sugeriu que fosse reservada alguma percentagem das vagas para este grupo
317 de candidatos portadores de deficiências. O conselheiro Alexandre Gastal disse que gostaria de
318 ter a informação de qual o percentual hoje de alunos oriundos de escola publica porque se es-
319 tavam decidindo o limite em que a lei estabelece de três anos, seria uma decisão responsável,
320 saber qual o impacto dessa decisão, se não teria como disse o senhor presidente, ou se terá com
321 assistência. Gostaria de ter esse dado de quantas pessoas precisam dessa assistência e quantas
322 poderemos atender a fim de que pudesse prudentemente tomar medidas capazes de atender a
323 todos no final do prazo de três anos. O conselheiro Paulo Kuschier disse entender que a discus-
324 são era de grande importância para a universidade, mas que discordava do reitor quanto às
325 repercussões administrativas com a adoção do novo processo, pois também teríamos que ade-
326 quar os projetos pedagógicos passar por uma readequação administrativa. Disse que tínhamos
327 dificuldade de acessibilidade, dificuldade de manter os alunos, em unção do SESu, precisare-
328 mos olhar p/futuro compartilhando c/essas pessoas que trarão experiência importante e por isso
329 entendia que a discussão dos 30 ou 40% ficaria em segundo plano, porque se o ingresso por
330 ano para os cursos de graduação seriam por lista de três mil vagas, mil e quinhentas seriam
331 para cotistas e isso haveria algum impacto na universidade, inclusive no dialogo com a socie-
332 dade e entendia que a decisão deveria ser tomada de forma madura pelo impacto que causariam
333 no futuro. O conselheiro Álvaro Ayala fez referencias ao trabalho já realizado pelo IFM já tem
334 trabalho de inclusão e que já identifica o tipo de aluno que lá ingressa e também concordava
335 com a professora Márcia Bueno quando esta manifestou a necessidade de melhorar o ensino
336 fundamental e que a universidade também deveria trabalhar nesta direção. Entendia que a ad-
337 ministração deveria buscar no MEC política de apoio ar dar apoio à educação básica, p/termos
338 pessoas com condições de darem continuidade aos estudos evitando a evasão. Gostaria de fazer
339 uma pergunta técnica: Como seria esse ingresso no SESu, como seria feito esse processo de
340 divisão em cotas, todo esse organograma dentro do SESu, do ponto de lista operacional? O
341 conselheiro Cláudio Duarte disse que, pelas informações que havia recebido, seria de que o
342 percentual inicial estaria em aberto, que a Universidade digitaria no sistema operacional que
343 adotaria e com relação às cotas raciais solicitaram que fiasse em aberto para que a Universida-
344 de decidisse. Disse que os alunos se inscreveriam na opção desejada e concorreriam nas duas
345 chamadas do SESu e depois nas listas de espera onde o processo se daria de maneira diferente
346 da situação do fluxograma até cair na ampla concorrência. No PAVE como é algo interno, nos-
347 so, ainda não conseguiu analisar com o Procurador Jurídico se poderiam fazer agora ou não,
348 porque o PAVE é seriado e como os que ingressariam hoje começaram há três anos atrás, não
349 sabia se implantariam agora e se não teríamos problemas judiciais, mas ele será com certeza
350 adaptado ao sistema de cotas. Comentou que o maior problema seria o da documentação de
351 comprovação da questão econômica. Que em relação à questão étnica não teria problema, bas-
352 tando uma declaração. O senhor presidente solicitou que não fossem repetitivos nas indaga-
353 ções. O conselheiro Aluísio Jardim solicitou que, além da questão da cota, era favorável, acha
354 que seria necessário que a Universidade tivesse o cuidado de promover ações capazes de até
355 mesmo dar condições aos alunos de aproveitamento das novas tecnologias, onde o acesso à
356 internet, por exemplo, deveria estar garantida até mesmo para os alunos com nível econômico
357 desfavorável e que não têm meios de adquirir equipamentos deste tipo e atualmente importan-
358 tes para o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem. Disse que preferia iniciar
359 com propostas mais simples da adoção dos cotas e gradativamente avançar até 50%. O conse-
360 lheiro Lawrence Estivalet disse que gostaria de manifestar sua alegria de estarem discutindo o
361 tema tão importante no Conselho Universitário, a história da nossa sociedade, de exclusão por
362 renda social, por etnia, possibilidade de termos uma universidade diferente do modelo elitista.
363 Entendia que não deveríamos ter medo de ter as contradições refletidas na nossa Universidade,
364 e nesse sentido avaliava ter duas problemáticas envolvidas, a primeira seria a exclusão históri-
365 ca dos negro, pardos e índios e das pessoas de baixa renda das universidades e em especial das
366 públicas e a segunda questão seria de não termos estudado uma maneira de lidarmos com a

Ass



367 permanência delas na universidade. Entendia que deveríamos preparar a Universidade para
368 receber essas pessoas e então deveríamos ter uma decisão mais tímida nesse momento. Pergun-
369 tava então por quanto tempo ainda seríamos tímidos para pensarmos nessa inclusão e por quan-
370 to tempo nós já pensamos na construção da Casa do Estudante para recebermos essas pessoas
371 que realmente necessitam. Acreditava que seja qual for a porcentagem de adoção, não teríamos
372 como recebê-los na Casa do Estudante e também achava que não teríamos bolsas, mas achava
373 que teriam que enfrentar esses dois problemas e apoiava a ideia do senhor presidente de adotar
374 a totalidade dos 50% e buscar meios para a permanência destes estudantes cotistas, porque
375 teremos problemas seja qual for o número, então parecia a ele tratarmos com urgência da cons-
376 trução da Casa do Estudante, para resolvermos a questão da permanência. A conselheira Ediane
377 Acunha disse entender que tratar do ingresso sem tratar das políticas de permanência era insu-
378 ficiente. Entendia que deveria, junto com o ingresso deveria ver as questões de manutenção,
379 não se restringindo somente às bolsas, que gostaria de saber se seriam pleiteados junto ao Go-
380 verno ou os estudantes que ingressam disputariam as já existentes? Gostaria de informar que
381 no Instituto de Matemática já existe um projeto interessante para ser visto e deveria ser ampli-
382 ado para as outras áreas, como o Português. Para o Conselheiro José Fernando Schild, o pro-
383 blema maior a ser enfrentado no ingresso dos alunos seria muito mais de natureza socioeco-
384 nômica do que de etnia. A conselheira Lucia Peres cumprimentou a todos e salientou a impor-
385 tância das considerações feitas pelos conselheiros Alexandre Gastal e Aluísio Jardim, porque
386 achava que por mais que se avançasse nas cotas não poderia deixar de lado outras importantes
387 demandas relativas a formação dos alunos ingressantes. Isto como educadora e diretora da
388 Faculdade de Educação era um ponto importante a ser registrado. Em seguida o reitor infor-
389 mou que até hoje a UFPEL não tinha condições de saber o impacto do ENEM na Universidade
390 e não sabia se alguma universidade tinha estes dados referidos naquele momento no debate. O
391 conselheiro Tiago Collares disse que concorda com o sistema de cotas e que concordava com a
392 presença dos coordenadores no momento do ingresso desses alunos melhorando a permanência
393 deles com essa ação. Concordava também com o senhor presidente, com a adoção dos 50% e
394 entendia que a fala do professor Aluísio Jardim também era importante por sua relação com a
395 renda per capita relacionada à renda e expressou que suas dúvidas sobre vagas ociosas já esta-
396 vam respondidas pela utilização da lista de espera. O conselheiro Vitor Gonçalves disse que,
397 ouvindo os demais colegas, acreditava que devia ser pago o devido preço e destacou a necessi-
398 dade de ser promovida uma discussão sobre permanência. Também comentou o projeto do
399 Instituto de Física e Matemática, onde o aluno tem o devido acompanhamento no ingresso e
400 está previsto que todo o aluno tem uma comissão para integrá-lo na Universidade. O senhor
401 presidente solicitou que se ativessem a dados específicos como a porcentagem de qual o índice
402 a adotar e o resto poderia ser discutido em outros fóruns durante esses quatro anos. O conse-
403 lheiro Jabr Omar disse que deveria haver um estudo maior, com mais detalhamento, não so-
404 mente com estudo do fluxograma. A conselheira Carmen Nascimento esclareceu que há muito
405 tempo, mesmo antes do Decreto, a Assistência Estudantil já está discutindo esse sistema de
406 cotas e o MEC já tem consciência de que isso vai refletir na Assistência Estudantil e já foi soli-
407 citado pelas Pró-Reitorias das Universidades Federais a triplicação do número de bolsas con-
408 cedidas à UFPEL. Com relação à Assistência Estudantil como disse o conselheiro Lawrence
409 Estivalet, ficou acordado que haverá uma redução gradativa de duzentos alunos, na Casa de
410 Estudante, para cem e atualmente estamos com cento e trinta e sete e não faremos mais abertu-
411 ra de vagas para a Casa do Estudante e sim, oferecer bolsas auxílio moradia. Então, não teria-
412 mos moradia, somente o programa auxílio moradia, que surgiu em 2010 para resolver imedia-
413 tamente o problema dos alunos que aqui chegaram através do SESu. Disse que, além dos cento
414 e trinta e sete moradores da Casa, com o auxílio moradia já teríamos mais de quinhentos alu-
415 nos. O Conselheiro Eduardo Osório disse que com relação ao percentual que seria de 12,5 % e
416 poderia chegar a 50 % nos próximos quatro anos. Gostaria de saber com a Universidade en-
417 frentaria o problema com estudantes menos preparados, como vai ser resolvido? Não havia
418 visto nenhuma manifestação relativa a isso a não ser no Curso de Matemática. Também questi-
419 onou o item renda, o que para o conselheiro é um fator passível de fraude. Como será feito

Beu



420 isto? Com relação à etnia a pessoa vai se auto-declarar, por exemplo, que seria pardo? Quem
421 questionaria? Então, se deve ter cautela. Então entendia que deveria se aceitar um percentual
422 mais baixo, pois se temos tantas incertezas defendia, para atender à lei, um percentual mais
423 baixo. A Conselheira Vanessa disse de sua dúvida com relação aos alunos que eram bolsistas
424 em escolas particulares, se não teriam alguma garantia, então no número geral, poderiam chegar
425 na ordem do geral, mas poderiam chegar por serem alunos com renda mais baixa e que
426 seriam muitos alunos que chegariam com renda inferior a um salário mínimo e meio. O Con-
427 selheiro Érico propôs que fosse adotada a porcentagem de 3,5% das vagas destinadas para pesso-
428 as deficientes dando a possibilidade de ser discutida a diversidade. Conselheiro Paulo comenta
429 que esse percentual para deficientes seria dado para obtenção de empregos e não de vagas na
430 universidade. O conselheiro Edar Añaña disse que estariam discutindo não a implantação de
431 cotas, mas exclusivamente a velocidade com que fariam se 12,5, 30 40 ou 50%. Não achava
432 prudente adotar a integralidade das cotas por não sabermos quais impactos no orçamento e
433 acadêmicos nos cursos. Disse ter ouvido por parte de alguns conselheiros a insegurança da
434 falta de estudos mais específicos com relação a esse estudo do impacto, mas o COCEPE já
435 havia feito esse estudo, conforme o Professor Cláudio Duarte havia mencionado, aquele órgão
436 fez várias reuniões e chegaram à conclusão dos 30% e ele, em nome da responsabilidade e
437 como representante deste Conselho no COCEPE, defenderia esse percentual. A conselheira
438 Márcia Bueno disse ter preocupação de que não fossem mudadas totalmente as regras com o
439 jogo já iniciado, porque teremos muitos futuros alunos que hoje estudavam em escolas priva-
440 das a custo de muito esforço e sacrifício e que são de famílias de condição financeira difícil,
441 mantidos com a esperança de que ingressassem em universidade pública. Implantar 50% agora
442 seria mudar todas as regras com o jogo andando. O senhor presidente disse que, após a fala da
443 Conselheira Márcia, mudara sua proposta e faria o encaminhamento de que fosse mantida a
444 posição do COCEPE de 30%, mas também havia a proposta do Fórum Cotassim de encami-
445 nhamento de 40% e complementar a proposta da Cotassim e os 10% já
446 aprovados para 2014, e com isso teríamos tempo de progredir nas dificuldades, embora enten-
447 desse que seriam as mesmas, mas em consideração às famílias que encaminharam seus filhos
448 para as escolas públicas, nesse ENEM, retiraria a proposta de 50% e deixaria os 10 ou 20%
449 para o ano seguinte. Então, colocaria em votação os 40% do Cotassim. Sendo aprovado, conti-
450 nuariam com a votação, senão votariam a proposta do COCEPE. Após colocaria em votação a
451 proposta dos 3,5% do conselheiro Érico Kunde. O Conselheiro Frederico Schmachtenberg
452 perguntou se votariam os 40% no formato apresentado pelo COCEPE ou na formatação apre-
453 sentada pelo Fórum, porque há diferença na parte final. O senhor presidente esclareceu que
454 votariam inicialmente apenas a porcentagem. Colocou em votação os 40% tendo como resulta-
455 do vinte e sete votos favoráveis, vinte e cinco votos contrários e duas abstenções. Aprovado.
456 De pronto, passou à segunda votação da proposta de aplicação da proposta do COCEPE ou a
457 proposta do Cotassim, colocando primeiro os critérios definidos pelo COCEPE, que foi feita
458 por pessoas ligadas à Universidade e seria uma maneira de reconhecermos o trabalho feito por
459 aquele órgão da UFPEL. Então colocada em votação, a proposta de critérios sugerida anteri-
460 ormente pelo COCEPE foi aprovada, com trinta e um votos favoráveis, de cinquenta e quatro,
461 e duas abstenções. Aprovada. Quanto à proposição feita anteriormente pelo conselheiro Érico
462 Kunde Correa sobre 3,5% das vagas destinadas a portadores de deficiência, o senhor presidente
463 propôs que fosse analisada na reunião seguinte. Item 04 - Processo nº 23110.006706/2012-85
464 da FaMed – Proposta de criação do Centro Especializado em Reabilitação – CER III/UFPEL, do
465 Núcleo de Neurodesenvolvimento Professor Mário Coutinho – O senhor presidente informou
466 que o Ministério da Saúde irá liberar recursos para a construção desses centros e informou,
467 também, que já se tem uma área bastante grande para essa construção, na área da antiga La-
468 neira Pelotense, para onde deverá ser transferido o Núcleo de Neurodesenvolvimento. Em se-
469 guida o conselheiro FaridNader informou que somente complementar dizendo que já havia
470 sido encaminhada ao gestor da saúde ao nível local essa proposta no tempo hábil, com atendi-
471 mento disponível para municípios vizinhos. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por
472 unanimidade. Item 05 - Processo nº 23110.010697/2011- 46 da Comissão de Ética do GR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 06/2010 – FLS. 10 de 10

473 Programa Institucional Permanente para a Promoção da Ética aos Agentes Internos da UFPel e
474 Regulamentação e Normatização dos Cursos Regulares Permanentes para a Promoção da Éti-
475 ca. O senhor presidente sugeriu o envio à CLN. Aprovado. O senhor presidente colocou em
476 votação aprovação da homologação “ad referendum” do Processo nº 23110.008831/2010-68 –
477 Proposta do Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais. Colocada em votação,
478 foi aprovada por unanimidade. O senhor presidente esclareceu que na semana seguinte haveria
479 uma reunião para a decisão final sobre a adesão à EBSEH, face o período curto para decisões
480 tão importantes sobre o Hospital Escola, uma vez que no dia trinta e um de novembro estar-se-
481 ia enviando os avisos prévios em atenção ao TCU para demissão de servidores da Fundação de
482 Apoio Universitário e Projeto Modernização. Portanto, ter-se-ia que analisar essa questão e iria
483 solicitar a participação nessa reunião, antes da votação do assunto, a presença do Reitor eleito,
484 Mauro Del Pino, para que ele pudesse apresentar qual a sua decisão com relação a isso, para
485 que os conselheiros soubessem o que pensa a nova administração da UFPEL e a partir daí pu-
486 dessem votar com maior tranquilidade sobre assunto tão relevante. A conselheira Celeste Perei-
487 ra disse que ainda estariam tentando trazer alguém do TCU para maiores esclarecimentos. O
488 senhor presidente disse que também haviam solicitado, mas não tinham recebido resposta. A
489 conselheira Ediane Acunha solicitou que a Secretaria dos Conselhos enviasse, por e-mail, o
490 material do Conselheiro Cláudio Duarte sobre as cotas. Sem mais assuntos a tratar, o senhor
491 presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e trinta minutos, do que para constar,
492 eu Roseméri Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a
493 presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor presidente.

Autômato